

**O Espaço-Movimento nas Concepções dos Programas Habitacionais em
Favelas**

O espaço-movimento nas concepções dos programas habitacionais em favelas

Rossana Brandão Tavares

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Uso Solo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de especialista em Planejamento Urbano e Uso do Solo.

**Orientador: Prof. Dr. Adauto Cardoso
Doutor em Estruturas Ambientais
Urbanas/USP**

**Rio de Janeiro
2004**

RESUMO

O trabalho consiste em abordar as reflexões sobre o ponto de vista participativo das comunidades em projetos urbanos em favelas e, a questão do desenho urbano espontâneo destes espaços. A partir desta perspectiva, o conceito de *espaço-movimento* por Paola Jacques, é o pano de fundo para elucidar a problemática das favelas e suas peculiaridades, distintas da cidade dita formal. Perante estes fatos, os capítulos acercam-se de premissas teóricas e práticas a respeito do urbanismo, projeto urbano e a realidade urbana das cidades, considerando as favelas, decorrência do processo de segregação sócio-espacial na qual as cidades contemporâneas vivenciam.

SUMÁRIO

Introdução	05
Capítulo 1 Referências preliminares para a problemática dos projetos urbanos em favelas.	
1.1 A arquitetura e urbanismo racionalista	08
1.2 <i>O espaço-movimento</i>	15
Capítulo 2 Os espaços urbanos informais e algumas alternativas para projetos urbanos em favelas.	
2.1 Projeto de Urbanização de Brás de Pina	20
2.2 Projeto Célula-Urbana	26
Capítulo 3 As perspectivas de projetos urbanos e a questão da violência	31
Conclusão	34
Referências Bibliográficas	38
Anexos	
A- Fotos: Projeto de Urbanização em Brás de Pina	40
B- Imagens: Projeto Célula-Urbana – Jacarezinho	42
C- Imagens: Projeto Célula-Urbana - Providência	43

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, observamos que a cultura ocidental variou no tempo e no espaço, a forma de entender e organizar as cidades. Vemos as cidades medievais com uma malha urbana labiríntica, cidades da América Espanhola no século 18 sendo projetadas segundo preceitos Renascentistas, cidades industriais (1ª Revolução Industrial) e cidades influenciadas ou ainda desenhadas conforme conceitos de uma nova disciplina que emergia no século 19, o Urbanismo.

Temos vivido em uma realidade em que a percepção não tem sido estimulada ao olhar das demandas urbanas. A compreensão pontual e tecnicista vem se sobrepondo a valores culturais e questões ambientais, inclusive, muitas vezes, de modo pouco interligado. Estudar, pesquisar e entender de maneira global uma realidade urbana é essencial para as intervenções mais específicas. O histórico político-social e econômico torna a pesquisa mais fundamentada e compreensível para a busca de soluções, principalmente ao analisar as cidades da América Latina. Além disso, não se pode olvidar, o fato de que as cidades estão num estado de saturação ambiental de sobremaneira, a colocar emergencialmente soluções práticas que minimizem em curto prazo seus efeitos à vida urbana e, em longo prazo a fim de preservar o meio natural que estamos inseridos (DIAS, 2002).

Ciente desses fatores observa-se como as favelas vêm sendo objeto de vários estudos e análises acadêmicas, inclusive a respeito das intervenções urbanas realizadas ao longo das últimas décadas no Brasil. São várias as perguntas a serem respondidas: (i) seriam as favelas uma manifestação cultural ou apenas uma dinâmica urbana que se caracteriza a partir do final do século 19? (ii) seria uma opção viver em favelas? (iii) seria uma opção viver em um ambiente urbano formal?

(iv) quais são as opções e possíveis escolhas? (v) deveria se preservar a espontaneidade do traçado das favelas ou o modo de se apropriar o espaço público? Perante estas questões (que não serão respondidas neste trabalho), pretende-se aqui apreender análises sobre o universo das favelas, que surgem diante de uma dinâmica perversa de dualização sócio-espacial. Espaço este esquecido ou mal compreendido pelos que vivem na formalidade urbana, “ameaçadas pela cidade que eles mesmo produziram” (WHITAKER, 2004, p:1), e por aqueles que como técnicos intervêm nestes espaços. Ao mesmo tempo, buscar algumas diretrizes de como intervir nestes locais sem ferir seu movimento original de ocupação e “desordenação” do espaço, segundo a perspectiva abordada por Jacques no livro *Estética da Ginga – espaço-movimento*. Não se trata apenas de abordar o assunto pelo viés estético, mas também pelo aspecto social.

Como respeitar o *fazer humano*¹ nestes espaços marginalizados, marcados por profundas diferenças, ofuscada inclusive por interesses políticos, muitas das vezes, de forma clientelista na qual a favela transforma-se em local fértil para promessas eleitoreiras que concretamente não acontecem e quando sim, constata-se pouco aceitação ou pouca eficácia dos projetos implementados?

Com isso, no transcorrer desta monografia, se abordará autores que produziram material reflexivo sobre a temática: Jacques, Turner, Rossi, Nelson Santos, Benetti, etc. e proposição que está sendo posta em prática na favela do Jacarezinho e Providência na cidade do Rio de Janeiro em um convênio entre a prefeitura municipal e a Fundação Bauhaus-Dessau². Ao final, no capítulo 3, ir-se-á

¹ Rossi ao se referir, a sua defesa no livro *Arquitetura da Cidade sobre as possibilidades do homem intervir na cidade*.

² Histórica escola modernista alemã.

perpassar sobre a problemática da violência como um novo elemento a ser considerado nos projetos urbanos em favelas nos municípios como o Rio de Janeiro. Sempre considerando como pano de fundo a problemática do planejamento tecnocrático e elitista tradicionalmente aplicado no Brasil (ALFONSIN; FERNANDES, 2004).

CAPÍTULO 1

REFERÊNCIAS PRELIMINARES PARA A PROBLEMÁTICA DOS PROJETOS URBANOS EM FAVELAS.

1.1 A arquitetura e urbanismo racionalista

A cidade, como é entendida nos dias de hoje, é um espaço de criação do ser humano. Ela é um espaço de atuação do homem moderno. Sua forma é fruto do conjunto de relações destes seres que interagem a fim de se acomodarem e ali coexistirem para a sua sobrevivência. A cidade é um jogo constante de atuação de uma sociedade, “carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos” (ROSSI, 1995, p:3). Entender este espaço é compreender os fatos urbanos da coletividade. Rossi busca o entendimento destes fatos como algo essencial para abarcar no estudo da *Arquitetura da Cidade*³. Para o autor, tais fatos se apresentam desde a necessidade, de um grupo em determinado local, de construir um ambiente favorável à sua vida. Certamente, este ambiente vem espelhar as necessidades primárias deste grupo.

No entanto, o homem no decorrer de sua evolução, se torna um ser culturalizado, isto é, suas atitudes e vicissitudes espelham seu modo de viver segundo a história de seu povo, ou grupo (ROSSI, 1995). Todas esses costumes, obviamente estão intrinsecamente ligados ao lugar em que estão inseridos: clima, relevo, fauna, flora. Pode-se se dizer que o homem urbano atualmente não vivencia tão intensamente esta ligação como, por exemplo, no período pré-capitalista – Antigo Regime, onde o meio urbano dava os seus primeiros passos de consolidação de sua importância na economia das nações. Contudo, somos o que somos pelo

³ Livro de Rossi que se refere ao conjunto de arquiteturas da cidade, imagem visível à vida da coletividade.

processo (e não resultado)⁴ histórico deste ser que evolui/modifica seus costumes, através do tempo com o intuito de se acomodar de modo mais prático segundo suas intenções, influenciado, certamente, pelas limitações do meio: clima, relevo; e por circunstâncias particulares, como: cultura e conjuntura sócio-política.

O ambiente propício à vida e a intencionalidade estética são as características estáveis da arquitetura, assim o fato de um indivíduo ou grupo se adequarem a um local específico, de modo prático e prazeroso, é o de respeitar este dois aspectos de adaptação (ROSSI, 1995).

Os princípios e modificações do *real* constituem a estrutura da criação humana. A cidade, a partir dessa concepção, emerge livremente quando a consideramos como dado acabado, como construção, como arquitetura que só é permitida por esta habilidade humana de transformar o ambiente ao seu gosto e à suas necessidades mais primárias⁵.

Usando a história evolutiva das cidades como pano de fundo, pode-se afirmar que somos uma espécie baseada na grupo, na coletividade. Evoluímos socialmente por nos organizarmos a fim de sobreviver perante uma dada realidade. Essa evolução consiste na busca de solucionar e inovar modos de *viver* e *co-habitar*.

Dando continuidade a esta linha de raciocínio: além das cidades serem fruto de um processo coletivo, elas se diferenciam no *tempo* e no *espaço*. Com relação ao tempo, pode-se entender pela historia das cidades. Com relação ao espaço pode-se entender por dois sistemas: "o que considera a cidade como produto de sistemas FUNCIONAIS geradores da sua arquitetura e, portanto, do

⁴ Jacques ao defender em seu livro *Estética da Ginga* a importância do movimento na defesa da espontaneidade característica no desenho urbano das favelas

⁵ ROSSI, 1995.

espaço urbano, e o que a considera como uma **ESTRUTURA ESPACIAL**; no primeiro a cidade nasce da análise de sistemas políticos, sociais, econômicos, o segundo ponto de vista pertence muito mais à arquitetura e à geografia".⁶

Rossi debate o fato da:

cidade [ser] uma coisa que permanece através das suas transformações e que as funções simples ou múltiplas que ela desempenha progressivamente são momentos na realidade da sua estrutura. A função é assumida, portanto, apenas em seu significado de relação mais complexa entre mais ordens de fatos, destacando-se uma interpretação de vínculos lineares entre causa e efeito, que são desmentidos pela realidade (...) É inconcebível (para o autor) reduzir a estrutura dos fatos urbanos a um problema de organização de alguma função mais ou menos importante (ROSSI, 1995, p: 46).

Ao tratar a estrutura espacial dos fatos urbanos como conseqüência de um cotidiano e não como um objetivo, Rossi nos coloca sobre o que este trabalho, neste momento, tenta questionar: **o funcionalismo**.

As favelas são vistas como ambientes de desenho orgânico e não-racional. Tomemos como exemplo as cidades góticas. A beleza da cidade gótica surge quando ela se nos apresenta como um fato urbano extraordinário, em que a individualidade da obra é nitidamente reconhecível em seus elementos. Ao analisar ou pesquisar um espaço urbano é que podemos captar suas particularidades, por nos deter no processo desta forma urbana. A partir deste entendimento seria um equivoco definir estes espaços como *orgânicos*, uma vez que sua estrutura não se dá ao acaso e sim pelo conjunto de fatores, isto é, pela individualidade dos fatos urbanos num determinado espaço de tempo. Não se pode olvidar que o termo *orgânico* é originário do funcionalismo de Ratzel⁷ que assimila a cidade a um

⁶ ROSSI, 1995, p.6.

⁷ Referencia de Rossi ao geógrafo alemão Ratzel (1882, 1891, 1909, 1922) em seu livro de dois volumes, *Anthropogeographie*.

organismo, que está dividido em funções interligadas em um emaranhado de coligações.

Então devemos enunciar as favelas como espaços racionalistas? Tratar do racionalismo no âmbito da disciplina do urbanismo, para Rossi, é fixar-se na racionalização das *opções espaciais*, antecedendo-se aos fatos urbanos. Com isso, não é difícil afirmar que na verdade a cidade, incluindo as favelas, é o progresso da razão humana enquanto fruto da sua atuação no decorrer da história.

No livro *Freedom to Build (Liberdade para Construir)*, Turner e Fichter (1972) notam uma oposição entre o que os indivíduos podem fazer por si próprios, dado um mínimo de condições e o que as autoridades hierárquicas praticam, enquanto órgãos controladores, estabelecendo o que pode ou que se deve fazer por estes indivíduos. Estes indivíduos são as pessoas das camadas mais pobres da sociedade que, por vivenciarem uma exclusão social marcante, acabam por buscar modos alternativos à cidade dita formal para se acomodar no espaço urbano já que esta é a única maneira, pois a cidade formal está fechada para eles.

Em nome do bem-estar, tem-se ignorado de maneira arrogante o direito básico do ser humano de fazer o que ele é capaz de fazer, de uma certa forma para conviver num espaço coletivo, na cidade. Há um abismo entre a liberdade para poucos (os ricos) e a restrição imposta à maioria (os pobres)⁸.

Turner (1972) acredita ser absurdo que haja uma perspectiva de que a estrutura social possa ser modificada pela arquitetura. Para o autor, é como se fosse

⁸ Turner em um artigo (*Habitacões de Baixa Renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras*) sobre suas observações da realidade brasileira em sua visita em 1968.

acreditar que a arquitetura deveria estar submetida a interpretações "oficiais" de um gosto popular.

Turner⁹ põe a importância da liberdade de escolha como fundamental para o exercício da democracia, e o fato de haver a oportunidade de decidir pela sua moradia (local, tipo de construção, etc.), os indivíduos estariam exercendo este direito, assim como as camadas que optaram por habitar as áreas formalizadas das cidades.

Em países como o Brasil, onde a maioria da população é pobre, é utópico pensar em uma reforma urbana baseada apenas em dispositivos jurídicos e formais para promoção de uma cidade incluyente. Formais, no aspecto do financiamento habitacional no qual imperam dois aspectos: primeiro, de que a maioria das famílias não possui uma seguridade de trabalho e renda que possibilite um financiamento da casa própria em longo prazo; segundo, o fato do Estado não poder arcar com os custos da habitação e da infraestrutura necessária para aqueles que estão excluídos desse direito por não estarem inseridos nos padrões de consumo e inserção social capitalistas (TURNER, 1968). Vide o Programa Crédito Solidário¹⁰. Além disso, há a questão fundiária, onde a disputa imobiliária e interesses políticos acabam por travar o processo de democratização da terra.

⁹ No capítulo do Livro *Freedom to Built, Housing as a Verb* (1972).

¹⁰ O Programa Crédito Solidário (PCS) foi criado após demanda apresentada pelas entidades nacionais dos movimentos sociais (CONAM, MNLM, UNMP, CMP) frente à ausência de projetos habitacionais que atendessem famílias de baixa renda. O PCS se diferenciava por ser voltado ao cooperativismo e associativismo, fortalecendo as práticas da autogestão e da organização popular. Atualmente, o Programa vem sofrendo críticas por parte dos movimentos sociais e do Fórum Nacional de Reforma Urbana por não estar coerente com as propostas iniciais: auto-gestão, facilidades quanto ao financiamento, reconhecimento dos terrenos ainda não regularizados como garantia de financiamento, etc. Há inclusive uma crítica quanto à questão da necessidade crédito/financiamento serem incorporadas as políticas habitacionais (carta: Crédito para baixa renda por Luciana Royer).

Não me antecedendo ao debate das políticas habitacionais, enfoco tais fatos por haver uma idéia pré-concebida de que a inclusão destes espaços marginalizados (as favelas) deveria ser feita pelo rebatimento da estrutura sócio-espacial das áreas urbanas formalizadas onde se encontram, em sua maioria, as camadas médias e altas da população. Essas áreas, de uma certa forma, surgem por uma lógica teoricamente funcionalista no qual estão envolvidas questões políticas e econômicas da cidade, com destaque à especulação imobiliária. Os indivíduos são meros consumidores, beneficiários passivos de uma lógica de habitar.

As favelas, ao contrário, são espaços onde o ser ativo é predominante. O fazer individual, se confunde com o fazer coletivo, e, em uma dinâmica de necessidade de se acomodar da melhor maneira possível, surgem espaços particulares/peculiares, distintos de uma visão pré-concebida de um espaço teoricamente projetado por um profissional.

Sendo as favelas um espaço constante e freqüente do *fazer coletivo*, desde das relações pessoais até a forma espacial das ruelas e casas, apenas essas pessoas inseridas neste cotidiano, isto é que experimentam a ação de morar é que podem avaliar ou nos dizer como *funciona* e como vem *funcionando* (aqui faço um alusão à expressão funcionalista na disciplina de urbanismo) este ambiente.

Um argumento pode ser usado pelos urbanistas mais tradicionais de que há uma importância em estabelecer *padrões* para fins de intervenção projetual seja em qualquer espaço passível de urbanização. Turner ressalta que o padrão é importante, mas é inapropriado usá-lo para medir valores humanos. Visto por esta perspectiva, o técnico não deve submeter tais valores a padrões preconcebidos com um objetivo de melhorar a qualidade urbanística e paisagística das favelas.

Melhorias devem ser feitas, contudo, os valores que a cidade formal está submetida (ao qual também é uma questão) são opostas à formação destes espaços, marginalizados e mal percebidos.

1.2 O espaço-movimento

O importante não é o resultado e sim o processo (JACQUES, 2001).

Dois níveis de compreensão estão postos: de um lado, a questão que gira em torno dos princípios da arquitetura e do urbanismo racionalistas tradicionais, de outro, a problemática base, numa tentativa de decifrar o dispositivo arquitetônico e urbanístico das favelas.

Numa tentativa de transformar as favelas em bairros formais e cartesianos, impõe-se uma forma e uma estética que difere do âmbito real das favelas. Desconsidera-se a sua dinâmica de ocupação e ordenação desde do seu princípio até o momento de análise – seu histórico processual de ocupação. A cidade dita formal difere principalmente das favelas, por não estarem ligadas a uma lógica funcionalista e especulativa do solo, e sim pela necessidade de “morar”, de se abrigar.

Sob esse ângulo de análise, colocam-se as seguintes perguntas: (i) As favelas já não fazem parte do tecido urbano há mais de um século? (ii) Será necessária uma integração formal? (iii) Não seria esta integração nas concepções normalmente concebidas ou pensadas, uma estética formalista, visando uma imposição de uniformização do tecido? (iv) Por que não assumir a estética/ordenação das favelas e procurar soluções que as considere nas obras de melhorias do espaço tanto público como privado?

Os arquitetos e urbanistas ainda colocam, quase sempre, uma compreensão de ordenação do espaço da cidade dita formal, desconsiderando uma realidade calcada na espontaneidade e improvisação. Em “Estética da Ginga”, Paola

Jacques (2001) coloca que há uma preocupação em pensar os projetos de arquitetura e urbanismo segundo preceitos modernos, antagônicos a dinâmica das favelas. Percebe-se ainda, segundo a autora, uma intenção clara de homogeneização das cidades numa tentativa de encaixar as favelas nos padrões estéticos pré-estabelecidos.

Visto este ponto de análise, Jacques determina a expressão, por ela defendida, *espaço-movimento*, a partir da idéia de *movimento* de Bergson¹¹: "o movimento não se confunde com o espaço percorrido. O espaço percorrido é passado, o movimento presente é o ato de percorrer". Assim, a autora conclui que o *espaço-movimento* não está restrito apenas ao espaço físico, mas ao movimento do percurso e este diretamente ligado aos atores que constroem e que percorrem este espaço. A participação neste *espaço-movimento* é que fundamenta a noção de preservação da identidade, da estética das favelas. Portanto, ao pensar em um projeto urbano para as favelas, é necessário considerar este aspecto de participação, de agente reprodutor do espaço, e deixá-lo livre para que se mova.

quando da urbanização, o importante a se preservar não deveria ser nem sua arquitetura – os barracos, nem seu urbanismo, as vielas, mas o próprio movimento das favelas, através de seus atores (JACQUES, 2001, p:150).

Para Bergson, existem diferenças entre os espaços, infinitamente divisível, e o movimento, indivisível, já que quando dividido, se transforma.¹² A possibilidade do *espaço-movimento*, em suma, só é possível pelo fato do espaço estar em constante transformação (espaço em fuga).

¹¹ Gilles Deleuze, *L' image-mouvement*, Paris, Lés éditions de Minuit, 1983, p:18 – citado por Jacques p:150.

¹² *Ibid*, p:149.

Ao se urbanizar as favelas, seguir os movimentos já começados pelos moradores, ao invés de fixar espaços enfadonhos (ordinário), preservando o movimento existente (extra-ordinário), seria primordial em um projeto. Com isso, conseqüentemente, acabaria por "contaminar" os bairros formais vizinhos, e a cidade se conduziria por *espaços-movimento*. A lógica especulativa e de embelezamento não determinaria o planejamento da cidade, entendendo plano, como o governo sendo o ator principal. Quem estaria planejando, conforme a casualidade e as necessidades processuais, seriam os agentes urbanos: a **população**.

"O *espaço-movimento* não está ligado a projetos, mas ao dia-a-dia urbano" (JACQUES, 2001, p:152). É interessante este ponto de vista, pois que, atualmente, os projetos urbanos estão mais ligados ao *espetáculo*, numa lógica de transformar a cidade em mercadoria, ignorando suas especificidades locais, e quando tal deve tornar-se também mercadoria, em uma perspectiva capitalista de produção do espaço urbano: cidades globais, cidade genérica, etc.

Em *Estética da Ginga*, discute-se também a questão da habitação. Habitação como forma de abrigo, com uma afirmativa instigante: os barracos considerados abrigo podem ser tanto temporário quanto permanente. A habitação nas favelas é "durável", e em uma ótica de uso de fato, no entanto, pode ser descartado amanhã, desmoronado todo os conceitos teóricos de moradia.

Uma polemica é posta por Jacques;

Teoricamente arquitetura é considerada segundo intenções artísticas. Mas e a chamada arquitetura vernacular? Usar materiais de sua região, sua localidade, na construção necessariamente devem ter intenções de arte? As construções improvisadas das

favelas, usando material descartado na cidade, isto é, material disponível, não pode ser considerado vernacular?¹³

Outra pergunta: e a questão estética? Não ter uma real intenção artística, mas de improviso não se encaixa nos padrões estéticos pré-estabelecidos, porém, varias manifestações artísticas tem como base à "não estética" das favelas.

Não se pretende responder a tantas perguntas colocadas no decorrer deste trabalho. Mas cabe não ignorá-las visto que existe um paradoxo entre o que chamamos de cultural, isto é, o que se cria e se preserva ou aprimora através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade, ou, uma prática decorrente da exclusão do *direito à cidade*¹⁴, ou ainda é a associação das duas.

Entretanto uma coisa não pode ser descartada: se os fatos urbanos são um mero problema de organização, eles não podem apresentar nem continuidade, nem individualidade. Se os monumentos e a arquitetura não têm razão de ser, não nos dizem nada – visto de maneira utilitarista são encarados como produtos de consumo (ROSSI, 1985).

Partindo deste pressuposto, caímos sobre a tendência de museificação do espaço urbano e inclusive das favelas cariocas. Jacques acredita que o importante, na verdade, é conservar como patrimônio o próprio *espaço-movimento* através de seus atores, já que existe uma intenção de preservá-lo. Com isso, Jacques enxerga como indispensável à **participação** neste processo que, sem querer ser redundante, é processual, isto é, não há de fato um resultado final, mas um constante processo de transformação, assim como a cidade formal, mas que obedece a uma lógica diferenciada.

¹³ Ibid, p:11.

¹⁴ A noção de direito à cidade segundo o movimento pela Reforma Urbana.

Jacques faz referência a um programa em especial: o programa Célula-Urbana, convênio da prefeitura municipal do Rio de Janeiro e a Fundação Bauhaus-Dessau, que teve como foco inicial duas favelas: Providência e Jacarezinho. No Jacarezinho, o projeto consiste na construção de um quarteirão residencial no objetivo de incitar o desenvolvimento endógeno, estimulando a criação de núcleos de desenvolvimento urbano, econômico, social, político e ambiental. No Morro da Providência, está sendo desenvolvido o projeto baseado na concepção de um museu aberto.

O capítulo próximo, a partir do que já foi escrito, fazer-se-á um contraponto com estas reflexões e as propostas do Projeto de Brás de Pina, na década de 60, (referência de programa habitacional na época) e o Projeto Célula-Urbana.

CAPÍTULO 2

OS ESPAÇOS URBANOS INFORMAIS E ALGUMAS ALTERNATIVAS PARA PROJETOS URBANOS EM FAVELAS.

2.1 Projeto de Urbanização de Brás de Pina.

Na década de 60, o Brasil já apresentava características, em suas principais cidades, um processo acelerado de urbanização. O planejamento urbano no país, durante os chamados *Trinta Anos Gloriosos* (1945-1975), estava voltado mais para a superação da pobreza e do suposto atraso em relação aos países centrais (MARICATO, 1997).

Para Carlos Nelson Ferreira dos Santos, o Brasil não apresentava apenas os problemas de urbanização acelerada (devido a um processo de urbanização e industrialização distintas dos países centrais europeus), mas uma considerável experiência oficial na área da habitação popular ligada a este processo.

No começo dos anos 60, surge uma reação "à permissividade urbana predominante nos anos que vão de 1930 a 1950" (SANTOS, 1980, p:11), época esta em que as favelas se espalham em grande quantidade pelos grandes municípios e a densidade populacional desses espaços torna-se um problema político e não social.

Inicia-se um período em que as remoções indiscriminadas tomam-se pratica dos governos locais e posteriormente pelo Governo Federal. O BNH surge neste período, no entanto, por ser um banco, não construía as casas. Repassava-se o dinheiro às famílias, através das Companhias Estaduais, para a construção de conjuntos habitacionais afastados. Na pratica, o que acontecia era que pouco se financiou a moradia para a população pobre, tomando-se a classe média a grande beneficiaria do programa (MARICATO, 1997).

“As cidades brasileiras atuais se confrontam a partir desta configuração de opostos: o que é oficial e, portanto, tem a ver com o BNH e o que é autônomo em relação aos propósitos e a máquina controladora do banco” (SANTOS, 1980, p:12).

Santos coloca que a história até então da evolução urbana poderia ser resumida como um progresso de inventar novas formas e modos de criar áreas privilegiadas e se limpar as cidades de “presenças indesejáveis”, impedindo o uso por quem não tem condições de consumir tais espaços privilegiados.

Com isso os programas habitacionais na década de 60 seguem os equívocos então analisados por Santos:

Reduzir a enorme complexidade de articulações em todos os níveis (sociais, econômicos, físicos), que resulta na localização das pessoas no espaço urbano e nas suas formas de *habitat* a determinações abrangentes e um tanto abstratas do poderio do Estado e do capital, equivale a cair em dois equívocos: (i) imaginar que o conjunto de ações que se designam por morar em uma cidade, um bairro e uma casa sejam redutíveis a um instante fixo no tempo e correspondente a um mero espaço material (o da edificação), tendo-se apenas a determinação do ator mais privilegiado naquela conjuntura; (ii) aceitar que os programas e projetos impostos ou até concentrados tem um significado único e só podem seguir o vetor intencional do contratante mais forte que sempre se conservará em uma posição hierárquica superior, em uma situação que se manterá estática (NELSON, 1980, p:18).

Há uma experiência que atualmente é referência para os estudiosos da cidade, Brás de Pina¹⁵, projeto liderado pelo arquiteto Carlos Nelson¹⁶. Brás de Pina, zona norte carioca, estava localizada próxima a diversos equipamentos urbanos e com facilidade de serviços, tornando-se uma favela bastante procurada pela população para ocupar. As ocupações variavam entre palafitas e barracos conforme

¹⁵ O grupo de arquitetos que trabalhava no projeto de urbanização de Brás de Pina foi contratado pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), criada em 1967, durante o regime militar.

¹⁶ Na época Nelson (1964) era apenas estudante, se envolvendo no projeto após reivindicações da própria população de não serem removidas do local, o que chamou a atenção do grupo do centro acadêmico na qual ele pertencia após experiência no Catumbi através da FAFEG.

se aterravam os locais mais alagadiços devido ao charco existente no local. Acessos em estrados de madeira eram comuns. As vias formadas pela ocupação eram integradas ao bairro adjacente. A situação ambiental apresentava-se como problemas mais graves (o esgotamento sanitário), pois os bairros vizinhos utilizavam para o seu esgotamento primário e secundário a área alagadiça da favela.

Eram de madeira 95% das habitações, sendo algumas sobre palafitas. As 5% restantes eram de estuque (1,5%) e de alvenaria (3,5%) encontrando-se poucas dentre estas em bom estado. Os locais mais valorizados pelas melhores condições do terreno e infraestrutura apresentavam-se densamente povoados, aglomeração esta que diminuía em direção ao charco, onde apareciam vários claros (BLANK, 1980, p:98).

Nesta análise, a seguir, de Blank sobre o processo de urbanização da área de Brás de Pina, imprime-se a situação urbana do local:

em todos os seus limites, a favela apresentava um contraste físico forte com o casario do bairro adjacente, não só pela situação precária de suas habitações como também devido à aglomeração e desalinho das ruas e das casas e da falta de infra-estrutura condizente com a região (BLANK, 1980, p:98).

A população resistiu às tentativas de remoção e criou-se possibilidades de urbanização do local, através da ação da CODESCO¹⁷, sendo o projeto elaborado com a participação popular, desde da ordenação do uso do solo até as proposições de moradia para as famílias. Foi feito o realinhamento, pavimentação, melhoria paisagística, sem que a comunidade fosse deslocada. Dividiu-se o processo de urbanização em etapas, deslocando-se as famílias provisoriamente para outro local dentro de Brás de Pina até que as obras fossem concluídas, para então, outras etapas pudessem acontecer e outras famílias fossem realocadas (inclusive este

¹⁷ A Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) trabalhava diretamente com as associações de moradores.

processo, qual etapa iria começar primeiro, teve participação da comunidade) ou acomodados em seu novo lote.

Concluídas as etapas "urbanas", inicia-se a etapa de construção das casas. Com o projeto arquitetônico em mãos, as famílias com o financiamento da CODESCO, para os materiais, dão início a construção de suas casas. Entretanto, uma dinâmica particular surge entre a comunidade:

após essas obras [urbanização], com a continuidade do programa habitacional, onde cada morador passava ter sua propriedade para melhorar, conservar e pagar, a representatividade da Associação começou a declinar. (...) A Associação não aparecia mais como a entidade que congregava o problema de todos, pois cada um tinha um, não mais comum a ser resolvido em grupo, mas individual e necessitando de esforços de toda a família para a solução (BLANK, 1980, p:112).

Apesar das condições facilitadas de financiamento para a autoconstrução da CODESCO, nota-se no decorrer do processo, uma diferença qualitativa entre as casas, pelo fato de algumas famílias apresentarem renda menor, e assim, tendo maiores dificuldades de finalizar a construção com aquele material disponibilizado para o financiamento. Há claramente uma valorização imobiliária da área conforme as casas eram erguidas, e com isso torna-se um bem imóvel. Mas e aquele que não conseguia obter, como resultado, uma casa segundo os projetos arquitetônicos discutidos em grupo no período inicial do programa, não por não se satisfazerem com o desenho, mas sim por uma questão de dinheiro? Neste caso, será que essas famílias ainda permaneceram no bairro então criado, ou se remanejaram para outros

locais onde poderiam, sem o *olhar crítico*¹⁸ de seus vizinhos, construir suas casas de acordo com a sua renda real?

Turner (1972) analisa os financiamentos para a habitação. Ele constata que o financiamento é oneroso tanto para quem é o financiador quanto para quem é financiado. Primeiro, porque ele acredita que a habitação depende dos atores (a população) e que as decisões com as quais mais se preocupam devem estar a cargo deles. Segundo, porque a satisfação das necessidades para a moradia centralizada em uma instituição (Estado) com poucos recursos, em um panorama de crescimento acelerado da demanda, é reduzida já que nem todas as necessidades da população beneficiária são atendidas e com qualidade, e os custos para as mesmas é muito alto, caracterizando um alto nível de inadimplência.

O que é pertinente destacar, neste trabalho, é que mesmo havendo a participação da população na elaboração do projeto, a comunidade reproduziu a lógica da cidade formal. A melhoria é bastante clara. As modificações físicas do tipo higiene com serviços urbanos regulares, normalização do traçado viário, lotes individuais, satisfizeram os moradores de Brás de Pina, resolvendo os problemas mais imediatos. No detalhamento dos resultados, verificou-se que a população se sente insatisfeita com o funcionamento defeituoso de alguns serviços. Blank enfatiza que isto ocorre por haver uma absorção rápida dos costumes e que as projeções não condizem com estas perspectivas.

¹⁸ Blank observa, em sua pesquisa, que surge um sentimento de preconceito e discriminação com relação às famílias que não conseguiram finalizar suas casas.

A partir destas constatações, se analisará, no próximo item, o Projeto Célula-Urbana a fim de apreciar e comparar a novas concepções de projetos urbanos após quase meio século de história evolutiva das favelas.

2.2 Projeto Célula-Urbana

O Programa *Favela-Bairro* tem sido considerado uma referência de programa habitacional no mundo. A primeira favela carioca onde foi implantado o projeto foi o *Jacarezinho*, dado a sua alta densidade, inexistência de espaços públicos demarcados, grande atividade de comércio, crítica situação de vizinhança da favela, algumas experiências acumuladas do governo do estado e da prefeitura, etc. (PETERSEN, 2004).

Em 1994, o *Favela-Bairro* surge como desdobramento do Projeto Mutirão¹⁹. No ponto de vista da prefeitura, segundo a Secretaria Habitacional, alguns problemas não estarem resolvidos²⁰, surge o *Célula-Urbana*: com o arquiteto Dietmar Starke, Lu Petersen²¹ idealizou esta experiência na qual se pretende, através da interação cultural, tecnológica e econômica com o entorno urbano, promover a noção de desenvolvimento sustentável.

Entrevistas feitas por agentes comunitárias do projeto de educação sanitária e ambiental do Mutirão Remunerado apontaram uma alta incidência de doenças pulmonares decorrentes da alta densidade das habitações. Desta forma, ao contrário dos outros projetos *Favela-Bairro*, seria necessária uma intervenção na melhoria habitacional, objetivando a redução da alta densidade na favela. É neste cenário que surge o *Célula-Urbana* do *Jacarezinho* (PETERSEN, 2004).

O objetivo do *Célula-Urbana* no *Jacarezinho*, zona norte carioca, é a criação e articulação de núcleos de desenvolvimento urbano, social, político, econômico e ambiental em uma perspectiva de micro-planejamento. O conceito do

¹⁹ Decretado em 1985, o Projeto Mutirão Remunerado promovia melhoria no interior das favelas evitando as antigas remoções, comuns no Rio de Janeiro.

²⁰ Petersen em entrevista promovida pela página eletrônica Vitruvius (2004).

²¹ De 1994 a 2000, então gerente de projetos da Secretaria Municipal de Habitação, coordenou a implantação do Programa *Favela-Bairro* que ganhou novos desdobramentos em suas políticas vindo a dar origem ao projeto experimental *Célula Urbana*.

programa é o de, a partir de linhas estruturais, consolidar, na medida que as funções são construídas, um processo interativo de relações urbanas. Definindo um quarteirão interno da favela, chamado NÚCLEO, um equipamento de articulação com a cidade - a PASSARELA, culmina-se em intervenções no Pólo da Suburbana.

A parceria com a instituição alemã, Bauhaus, surge pelo seu histórico papel na arquitetura modernista, as suas origens e o processo de reestruturação que a escola vem sofrendo.

Foram realizados eventos no Jacarezinho a fim de (re)conhecer a comunidade. Eventos que articulavam as propostas de funções culturais, levantamento físico e a convivência dos moradores. Foi criado um *café internet* no qual funciona há 2 anos que, segundo Petersen, gerou grande expectativa aos moradores.

O *Célula-Urbana* é composta dos seguintes equipamentos²²: uma **Célula Cultural**, onde funcionará o *café internet*; a escola de vídeo, espaços para dança e música e um salão para festas, espaço para seminários, exposições; o **Pólo da Suburbana**²³ com espaços para a educação infantil sob o vão da passarela, um centro esportivo e o **Centro de Transferência** de lixo pré-selecionado junto a espaços de arte e artesanato com salas polivalentes.

abrir os espaços internos de forma democrática para os moradores compondo a criação de um pátio interno, que melhorou sensivelmente a qualidade das moradias que ficaram. Esse pátio se articula com o prédio da Célula Cultural e a Praça da Concórdia que hoje funciona como praça e ponto de encontro gerando atividades de lazer, cultura, geração de renda e atrai os visitantes. A passarela, um belo projeto da Bauhaus, é elo de ligação com equipamentos

²² Na primeira etapa do projeto.

²³ Na segunda etapa do projeto. Esta etapa está parada, pois a FEEMA não liberou a ocupação do terreno das Tintas Ypiranga.

institucionais de multiusos, que se constitui em forte elemento de re-estruturação urbana no bairro (PERTESON, 2004).

O Projeto no Morro da Providência (antigo Morro da *Favela*) também tem como premissas básicas à noção de sustentabilidade.

É uma área próxima ao Cais do Porto, sendo a primeira favela do Rio de Janeiro. Ela faz parte de um projeto estratégico de revitalização da região²⁴ na qual a Providência devido a sua importância histórica na cidade, e ao conjunto arquitetônico da região e sua paisagem urbana, levaram a proposição da criação de uma outra *célula* – o **Museu a Céu Aberto**. A proposta é de realizar uma articulação com o entorno tendo como objetivo, facilitar e articular a circulação à favela e dentro dela. Criar-se-á uma espécie de corredor histórico ligando à Igreja, ao antigo reservatório, à capela do Cruzeiro e às casas mais antigas que serão “congeladas” para visitaçã²⁵.

Percebe-se que as concepções quanto ao projeto urbano nas duas *células* priorizam a questão cultural, explorando suas possíveis potencialidades. No Jacarezinho, em particular, o *instigar* cultural levaria a comunidade a reproduzir as atividades do NÚCLEO no restante da favela, como um fomentador do progresso das relações urbanas internas e externas, além aprimorar a consciência físico-ambiental e política das pessoas. Há, também, uma preocupação com a aeração no interior das favelas, visto os pátios internos. No entanto, recai-se na problemática: em uma realidade onde o déficit habitacional não perdoa espaços vazios passíveis

²⁴ Projeto da prefeitura carioca, com a participação de escritórios de arquitetura, no intuito de revitalizar os bairros da área portuária (Saúde, Gamboa, Santo Cristo) principalmente para o incentivo de atividades turísticas.

²⁵ Comunicadas com três mirantes, um anfiteatro e outras intervenções do *Favela-Bairro*.

de serem ocupados: seria esta a melhor solução? Atribuir espaços de convivência é a melhor solução? Certamente, a densidade populacional é uma das piores características das favelas.

Intervir metodicamente no *espaço-movimento*, na forma da favela, conseqüência de sua evolução urbana visto que este processo não “previu” tais pátios, continuará a respeitar o movimento da favela?. Estes espaços possuem uma dinâmica bastante imprevisível, longe de se aferir matematicamente suas possíveis projeções (vetores) de crescimento e desenvolvimento, como desejava o movimento modernista cujas cidades eram encaradas como máquinas onde a função determinava as intervenções, numa crise da concepção do urbanismo, como disciplina, nestes locais – as favelas. No Morro da Providência, vê-se a intenção de melhorar o local numa tentativa, entretanto, de transformá-la em museu. Melhorar as condições, dinamizar a cultura local para visitação. Contudo, as favelas já são objetos de curiosidade por parte de turistas há muitos anos, sem maiores intervenções, sendo a Rocinha a maior atração.

Os favelas-tours na verdade não são novidade. Nos anos 1920 já havia excursões de artistas e intelectuais modernistas ao morro da Favella (Providencia). Perenizar essas incursões de pessoas de fora da favela (turistas ou habitantes da cidade dita formal ou mesmo de outras comunidades), atrair visitantes e passantes para entrar na favela, sem museificar o seu espaço físico, mantendo o espaço-movimento, seria realmente interessante. Seria esse, e não a uniformização do tecido urbano, o ponto chave na melhoria do dito padrão urbano, não só da favela, mas da própria cidade como um todo (JACQUES, 2001, p:156).²⁶

Talvez, a prefeitura e a Bauhaus estejam reproduzindo as origens modernistas com uma nova leitura para o cotidiano das favelas cariocas. Mas como aliviar, principalmente, as tensões sociais, físico-ambientais, sem pensar em

²⁶ Nota referente ao processo de museificação conservadora pela qual as cidades passam.

intervenções físicas de fato? As políticas de consolidação das favelas só poderão ser qualificadas, se vierem satisfazer às necessidade culturais e estéticas de seus habitantes (BUENO, 2000) e talvez esta pratica poderá integrar estes espaços segregados e transformá-la em pólo de atração cultural de modo menos agressivo aos residentes e coerente com a realidade do local e da própria dinâmica da cidade.

CAPÍTULO 3

AS PERSPECTIVAS DE PROJETOS URBANOS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA.

Atualmente, cerca de 30% dos moradores urbanos vivem em favelas em condições precárias. Percebe-se, no decorrer deste trabalho, que há diversas correntes de pensamento sobre programas habitacionais, principalmente, quando nos remetemos às favelas, a fim de buscar soluções efetivas a esta questão.

A corrente que defende, de uma certa forma, o *espaço-movimento*, ou ainda as características peculiares das favelas, tem ganhado espaço. A lógica das remoções de favelas e de construções de conjuntos habitacionais longínquos perdeu força nas últimas décadas, apesar de haver ainda alguns casos no país.

No entanto, um novo componente foi incorporado à discussão: a **violência**. É consenso afirmar que o traçado das favelas é bastante favorável à permanência do tráfico de drogas, por criar becos e áreas de difícil acesso, propícias ao esconderijo. Além disso, favelas em morros facilitam o controle por parte dos traficantes que dominam a região.

No interior das favelas os traços mais visíveis desta dura realidade são os muros altos, a eliminação de vegetação e a redução de locais de estar a mínima expressão. Qualquer obstáculo, qualquer saliência transforma-se em potencial esconderijo, trata-se de obter um espaço liso sem rugosidades, sem dobras nas quais o crime possa esconder-se. Uma verdadeira selva de cimento é o resultado desta situação (BENETTI, 2004, p:1).

Benetti²⁷ em seu texto “Violência e Projeto Urbano em Favelas”, elucidada, segundo citação, a problemática chave: como melhorar a qualidade física da favela

²⁷ Atualmente Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ – FAU/UFRJ.

respeitando suas especificidade, considerando a violência com algo a ser também resolvido espacialmente?

Para o autor, o projeto urbano não resolverá o problema de segurança, mas poderá ser o início desta difícil relação entre o poder público e as favelas. Na verdade, este tipo de isolamento que as favelas sofrem por conta do controle através da violência se assemelha aos condomínios controlados com o objetivo de gerar uma proteção, tornando a classe média refém desta suposta sensação de segurança: dois universos distintos, semelhantes em suas diferenças.

Excessivo respeito pelas condições locais mimetiza os gestos projetuais e os desvaloriza rapidamente. Excessiva distância das condições locais destrói não apenas o tecido urbano existente, mas, sobretudo, as relações sociais que lhe dão suporte (BENETTI, 2004, p:2).

A dualidade exposta nesta fala de Benetti, mostra a dificuldade em se tomar um partido no debate sobre as questões urbanas e, especialmente, habitacionais nas favelas. A violência se estabelece no momento em que a favela se torna um território fechado e ignorado pela sociedade. A violência não tem a ver com ausência de "embelezamentos", e sim de como ela é fruto da falta de políticas de governo efetivas e de como ela contamina o restante da cidade. Daí a favela é vista como um problema. O projeto urbano deveria, com isso, usar do mesmo raciocínio: abrir a favela para "contaminar" a cidade formal, pois obviamente não é de interesse do tráfico de drogas que seus muros visíveis e invisíveis sejam derrubados.

Certamente, segundo Benetti, a participação da sociedade civil é essencial a fim de fortalecer este movimento; o poder público atuar não apenas

através da polícia, mas com estratégias específicas de política urbana; e o técnico ter ciência de todos os aspectos que envolvem a dinâmica da favela.

A transição de um local regulado pelo poder individual, edificado na base de muitos acordos, brigas e concessões, para um local regulado por uma dimensão social e coletiva não se consegue nem de imediato nem por passe de mágica. Neste processo há que dar garantias aos moradores de que o império da uma lei anônima é mais efetivo e justo do que a situação atual. Os novos espaços – senão totalmente públicos pelo menos coletivos – podem ser emblemáticos na consolidação de uma ordem baseada no bem comum e não na força e violência individual (BENETTI, 2004, p:3).

A violência nas favelas qualifica a favela em um ambiente urbano dissociado das melhores condições urbanas e acaba por tornar-se, pelo senso-comum, “responsável” e ao mesmo tempo vítima deste processo.

as classes dominantes sentem-se ameaçadas pela cidade que elas mesmo produziram, mas não percebem que chegará a hora em que terão de repensar sua conduta para tornarem-se enfim mais justas e democráticas, pois senão o preço a pagar será – ou já está sendo? – o da barbárie urbana (WHITAKER, 2004, p:1).

Whitaker²⁸, em uma crítica, enfatiza a tendência dos projetos que tentam transformar espaços informais de predominância de população de baixa renda, em bairro novos sem pobres! Projetos que transformam o local e acabam expulsando ou excluindo os pobres como público alvo. Projetos que do ponto de vista sócio-econômico não condiz com as reais condições econômicas e sócias desta população. Projetar um urbanismo socialmente justo, para o autor, não é somente seguir o Estatuto da Cidade²⁹, mas promover a qualidade de vida e todos os benefícios da cidade (e sem violência), a todos, inclusive os pobres.

²⁸ Arquiteto e urbanista e economista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

²⁹ Fruto da luta do movimento pela reforma urbana, aprovado em 2001 – lei n° 10.257, 10 de julho de 2001.

CONCLUSÃO

Em uma referência a Banham³⁰, Bueno (2000) caracteriza a linguagem da favela como o resultado da sobrevivência e de sua urgência que resulta aos fatores de sua unidade e variedade como paisagem urbana e como dinâmica social. Tais aspectos, para a autora, nos fazem realizar um paralelo com a forma e a dinâmica pela qual as cidades medievais se desenvolveram nas quais, muitas vezes, remetem seu desenho espontâneo, ao desenho urbano das favelas. Entretanto, é certo que as favelas lançam à comunidade uma sensação de pertencimento, e ao mesmo tempo, de negação dos direitos, e este, é o grande paradoxo.

Bueno ainda afirma que muitas obras de urbanização comprovam que a insalubridade destes espaços informais não está ligada a lógica de sua implantação original, mas da falta de infra-estrutura urbana e de recursos por parte dos moradores para investir no seu local de moradia. Perante a esta questão, tanto as reflexões de Jacques com relação ao *espaço-movimento*, quanto de Turner em que defende o fazer humano sem a intervenção e interferência do Estado no processo da habitação como *verbo*, como ato constante de produção da moradia, nos faz refletir sobre as práticas profissionais decoladas dessa percepção.

Mesmo quando nós estávamos propondo a ser abertos, inovadores e até irreverentes em relação às nossas teorias não podíamos deixar de segui-las de alguma forma (...) Com pretexto de apresentação de planos, acabávamos sutilmente por dar aulas aos favelados (SANTOS, 1981, p:46).

Carlos Nelson ainda estudante de arquitetura, imprime a dificuldade de como técnico (modo como era visto pela comunidade, pela associação de

³⁰ BANHAM, Reyner, Los Angeles – the architecture of four ecologies. Pelican Books, Suffolk, Great Britain, 1973.

moradores e pelo padre – tido como líder comunitário) entender a realidade distinta das teorias acadêmicas que formulam mirabolantes reflexões sobre o assunto, em especial, o modernismo cuja funcionalidade é a figura chave no ato urbanístico do profissional.

Além das preocupações mais específicas sobre a atuação profissional, o desenho urbano e as intenções higienistas nas favelas, é preciso estar atento à problemática da desigualdade social e o histórico étnico discriminatório que caracteriza a favela com um espaço essencialmente negro, cuja população possui nível educacional baixo, precário acesso às oportunidades de trabalho, alto índice de atividade informal como principal renda familiar, e cotidiano estressante, devido ao alto índice de periculosidade pelo tráfico de drogas que encontra na favela ambiente ideal para seu estabelecimento.

Em um ambiente onde o Estado pouco intervém como agente essencial que garanta os direitos dos cidadãos e quando sim, intervém de modo pouco articulado e normalmente pouco eficiente, tanto ao operar obras de melhoria quanto como financiador da habitação. Desde da extinta CODESCO, já era sabido que o gasto com urbanização eram mais baratos que os, de erradicação das favelas, tanto em custos financeiros quanto sociais. Visto assim, que as obras urbanísticas necessárias deveriam ser feitas lentamente, se utilizando, se possível, do trabalho da população (que ao meu ver, é preciso, se se pretende conservar o espaço-movimento). Além disso, que os serviços e a infra-estrutura urbana são responsabilidade do Estado, em uma área onde os moradores estariam constantemente contribuindo, seja por meio de impostos ou com sua força de trabalho, para a integração da favela com a cidade formalizada. E fazendo uma

menção a Turner, que a construção e o financiamento da moradia deveria estar a cargo das famílias, isto é, esta decisão não deve ser imposta pelo Estado (NELSON, 1981)³¹.

Ao que parece, a população de baixa (ou nenhuma!) renda por não contribuir, em sua maioria, com os benefícios da cidade, seja através do consumo ou pela contribuição tributária, deve estar a mercê do Estado ou da sua ausência, levando as favelas a um estado intolerável de violência, como vem mostrando a grande imprensa (muita das vezes sensacionalista) nos últimos meses, onde a disputa entre as facções, coloca a população em constante estado de alerta.

Aliado à violência desencadeada, hoje vemos que o tráfico exerce um papel que se confunde com o poder ao induzir novos comportamentos e culturas (vestimenta, música, dança) nas comunidades. Os chamados chefes servem de referência até para a solução de conflitos internos entre moradores. Que fique explícito que não estou falando de apoio da população, mas sim da perda de referências. É evidente que não caberia ao Favela-Bairro resolver questões de ordem urbana. Mas a polícia tampouco resolveu a garantia da liberdade de ida e vinda nos espaços construídos. Foi perdida a referência polícia-legalidade-segurança no sentido mais amplo. Na realidade, questões jurídicas que regulam a vida urbana, ainda não chegaram à favela (PETERSEN, 2004).

À medida que se adiam políticas e programas efetivos que garantam uma cidade mais igualitária e satisfatória a todos, que respeitem a diversidade urbana e sua dinâmica cotidiana pelas práticas sociais, não haverá a perspectiva de uma abertura política processual, participativa, coerente e integradora sócio-espacialmente, a fim de estabelecer uma cidade democrática com qualidade de vida para todos os seus cidadãos, priorizando o bem-estar social e, não o capital privado, segundo a lógica da economia globalizada. Talvez, assim, as concepções de projetos urbanos para as favelas ou ocupações informais promovam o respeito ao

³¹ Citação referente aos pré-requisitos da CODESCO (p:58).

movimento e a espontaneidade predominante no desenho urbano das favelas, considerando as particularidades destes espaços, sendo este o meio pelo qual, a suas distinções emergem e com isso, inclusive, a regularização fundiária não será mais uma questão formal apenas, mas sim, uma consequência de uma noção de igualdade e respeito da diversidade urbana nas cidades brasileiras (ALFONSIN; FERNANDES, 2004). Talvez, assim, as comunidades terão a sensação de pertencimento a um lugar, inclusive à cidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALFONSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio. Da Igualdade e da Diferença. Artigo Eletrônico [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <forumreformaurbana@fase.org.br> em 17 set 2004;

AKBAR, Omar. O olhar do estrangeiro pode ser útil. Entrevista por: Soraia Vilela. Jornal DW-Word.de. 01 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,1564,802934,00.html>>;

BENETTI, Pablo César. Violência e Projeto Urbano em Favelas. Arquitectos - Vitruvius, São Paulo, nº048, nov. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitetxos/arq.048/arq048_00.asp>;

BLANK, Gilda. Urbanização de Favela. In: VALLADARES, Licia do Prado, coord. Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. cap.04, p:94 –115;

BUENO, Laura. Uma Questão de Estética. Artigo Eletrônico [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sana_brandao@yahoo.com.br> em 17 nov. 2004;

DIAS, Genebaldo Freire. Pegada Ecológica e a Sustentabilidade Humana. São Paulo: Gaia, 2002. 257p.;

Entrevista com Maria Lúcia Petersen, por Érico Costa & Luciana Andrade. Vitruvius/Entrevista, São Paulo, fev 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/petersen/petersen.asp>>;

Foundation Bauhaus-Dessau - Projects. Disponível em: <<http://www.bauhaus-dessau.de/en/projects.asp?p=rio>>;

JACQUES, Paola Berenstein. Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: RIOARTE, 2001. 160p.;

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: Qual Planejamento Urbano? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, p. 113-130, jan/dez 1997;

ROSSI, Aldo. A Arquitetura da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.;

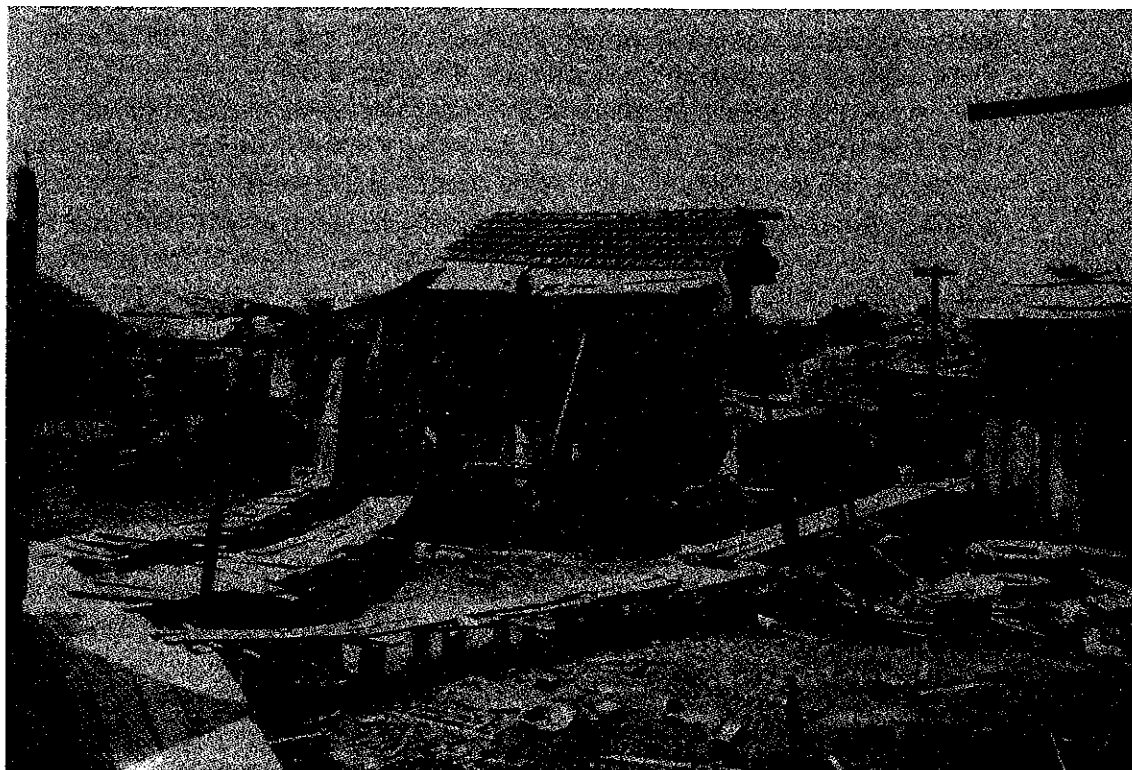
SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileira. In: VALLADARES, Licia do Prado, coord. Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. cap.01, p:08 –21;

_____. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 255 p.;

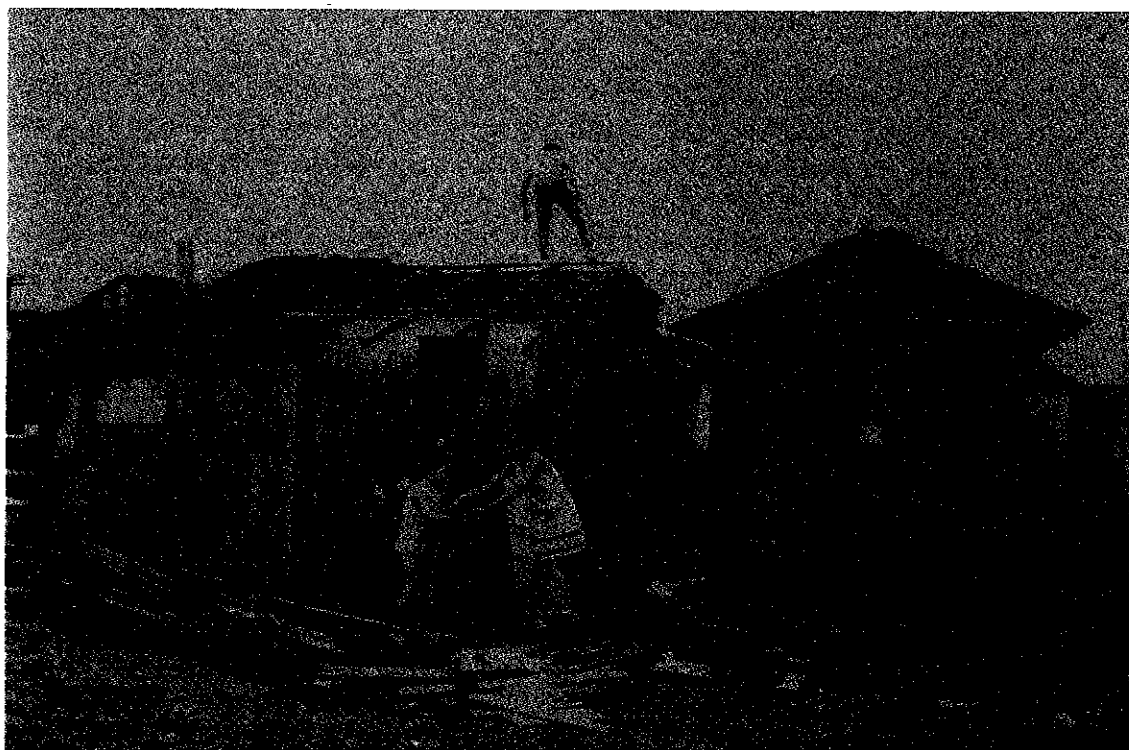
TURNER, John F C. Habitação de Baixa Renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. Arquitetura. Belém, 05 fev. 1968. p:17 –19;

_____; FICHTER, R. Freedom to Build: dweller control of the housing process. New York: Macmillan, 1972. 301 p.;

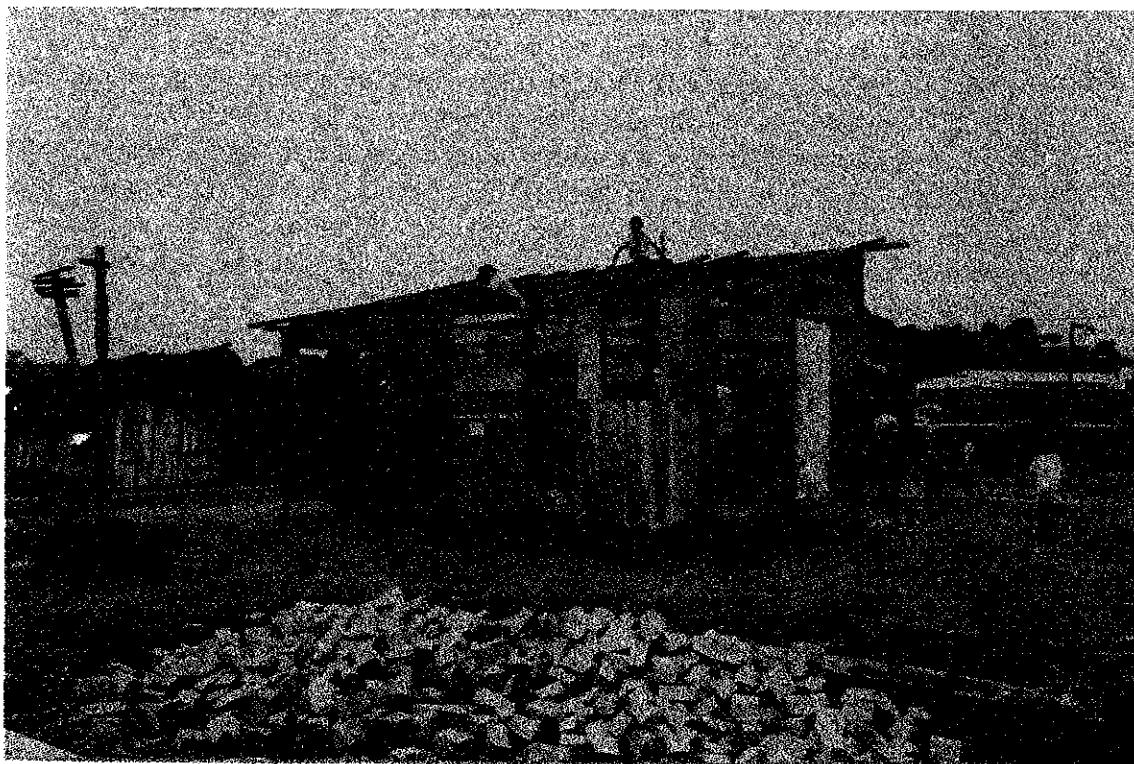
WHITAKER, João. Um Bairro Novo sem Pobres. Texto eletrônico [Correio da Cidadania]. Mensagem recebida por <forumreformaurbana@fase.org.br> em 21 set. 2004.

ANEXOS**A- Fotos: Projeto de Urbanização em Brás de Pina**

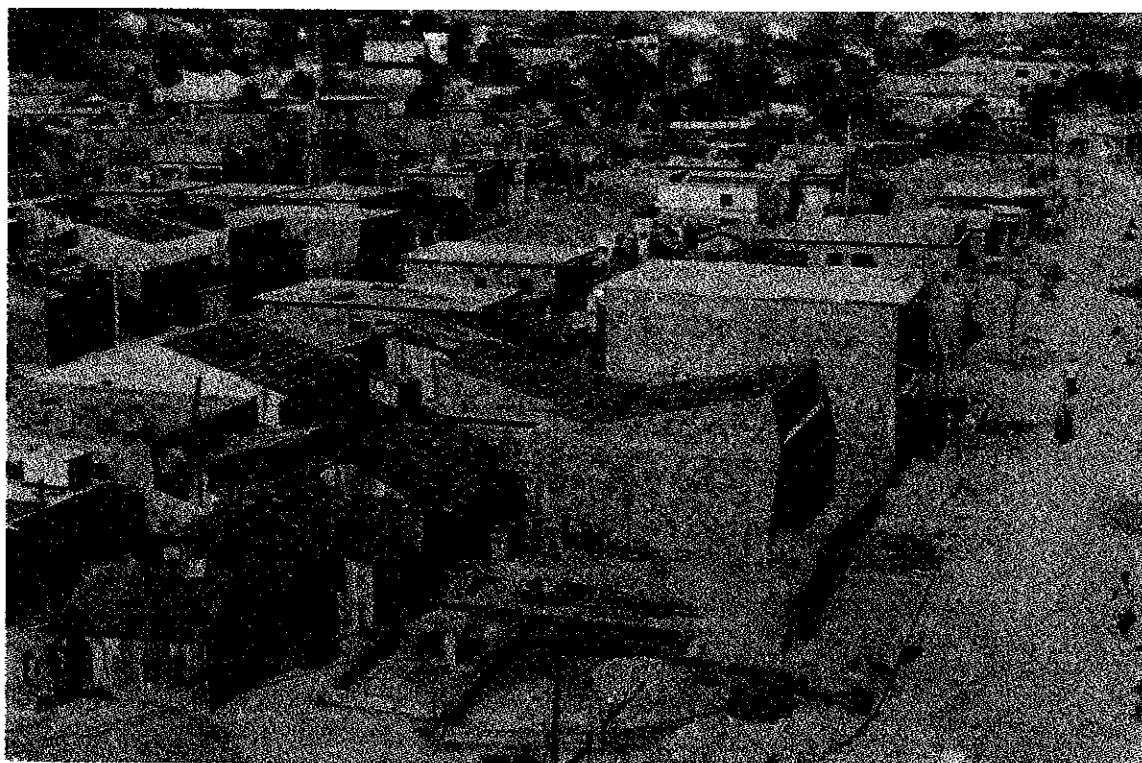
Brás de Pina em 1967. Fonte: VALLADARES, Licia do Prado, coord. Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.97.



Remanejamento – desmontagem dos Barracos (Projeto de Urbanização – CODESCO). Fonte: VALLADARES, Licia do Prado, coord. Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.103.



Remanejamento – montagem dos Barracos (Projeto de Urbanização – CODESCO). Fonte: VALLADARES, Licia do Prado, coord. Habitación em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p:103.

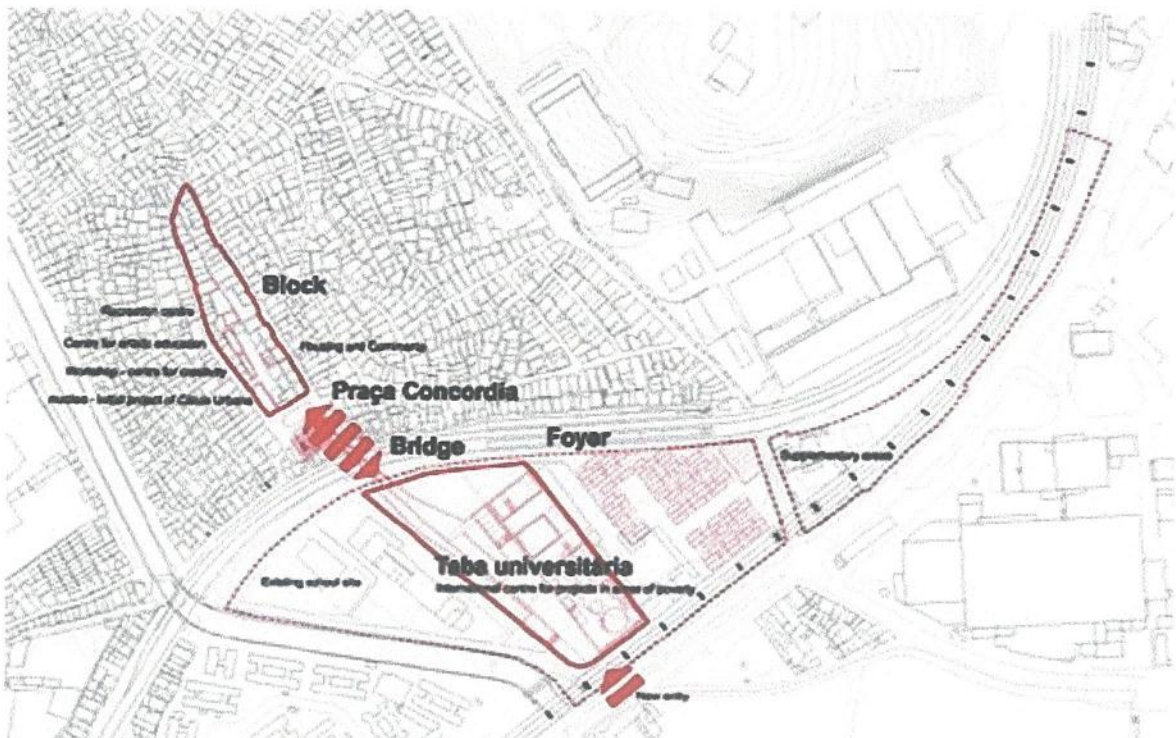


Vista Brás de Pina em 1972. Fonte: VALLADARES, Licia do Prado, coord. Habitación em Questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p:107.

B- Imagens: Projeto Célula-Urbana - Jacarezinho



Vista aérea do Jacarezinho, com plano da Bauhaus Dessau, Rio de Janeiro. Fonte: vitruvius.com.br.



Plano Piloto da Bauhaus-Dessau para Jacarezinho, Célula Urbana, Rio de Janeiro. Fonte: vitruvius.com.br.

C- Imagens: Projeto Célula-Urbana - Providência



Foto Morro da Providência. Fonte: www.vitruvius.com.br



Planta do Morro da Providência, Rio de Janeiro. Fonte: www.vitruvius.com.br

